

---

**BIOGRAFIA E SUA ESCRITA:  
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE FERNANDO DO Ó (1930-1940)**

**BIOGRAPHY AND IT'S WRITING:  
THE POLITICAL PATH OF FERNANDO Ó (1930-1940)**

---

Renan Santos Mattos  
Mestre em História- UFSM  
renansnatos@gmail.com

**RESUMO:** A trajetória de Fernando Souza do Ó, importante liderança espírita da cidade de Santa Maria no processo de organização do movimento espírita local, ao assumir a função de “propagador” da doutrina no município no contexto de 1930 a 1940, permite evidenciar os conflitos e concorrências existentes no campo religioso na Cidade de Santa Maria. Nesse sentido, em nosso estudo, partimos da preocupação de como suas ideias representaram uma estratégia de inserção para o movimento espírita na cidade de Santa Maria, e para tanto, recorreremos ao conjunto de escritos do autor veiculados na imprensa leiga (Diário do Interior). Nessa lógica, o presente artigo propõe-se a discutir, tendo por referência conceitos de Campo religioso de Pierre Bourdieu e representações de Roger Chartier, questões de trajetória e biografia do personagem, de modo a refletir sobre as dificuldades empíricas acerca da produção de conhecimento histórico a partir do indivíduo. Assim, busca-se evidenciar de que forma as escolhas individuais, os projetos e lutas políticas que permitem a observação de processos, relações no fluxo temporal, trazendo o sujeito na sua historicidade, a sua compreensão de si e do mundo, possibilitando a inferência do movimento espírita em sua dimensão holística ao trazer à tona o conjunto de práticas e ideias presentes no seu interior de modo relacional ao contexto político em que se insere.

**PALAVRAS CHAVE:** Biografia. Espiritismo. Escrita

**ABSTRACT:** The trajectory of Fernando Souza of O, important spiritist leadership of the city of Santa Maria in the organization of the local spiritist movement process, to assume the role of "propagator" of the doctrine in the context municipality from 1930 to 1940, allows us to highlight the conflicts and competitions existing in the religious field in the City of Santa Maria. Accordingly, in our study, we concern how his ideas were an insertion strategy for the Spiritualist movement in the city of Santa Maria, and for that, we turn to the set of writings of author served in the lay press (Diary of Interior). Following this logic, this paper proposes to discuss, with reference to concepts of religious Field Pierre Bourdieu and representations of Roger Chartier, issues and career biography of the character, to reflect on the empirical difficulties on the production of historical knowledge from the individual. Thus, we seek to demonstrate how individual choices, designs and political struggles that allow the observation of processes, relationships, temporal flux, bringing the subject in its historicity, their understanding of themselves and the world, allowing the inference Spiritualist movement in its holistic dimension to bring up a set of practices and ideas present inside the relational mode of the political context in which it operates.

**KEYWORDS:** Biography. Spiritism. Writing.

Definido por François Dosse (2009, p.405) como gênero monstro e híbrido, a escrita biográfica converge aos debates controvertidos e complexos do final do século XX, considerando que a prática biográfica de certa forma situa-se na fronteira entre literatos e historiadores. Em meio a sucesso e a descréditos, ao definir enquanto objeto de pesquisa a trajetória da liderança espírita Fernando Souza do Ó no cenário Santa Maria, deparei-me com um conjunto de potencialidades e limites que busco explorar no presente artigo. Certas escolhas assumidas de forma a situar a pesquisa biográfica em meu fazer historiográfico e na relação com a história do espiritismo em Santa Maria que tenho por temática de pesquisa.

Sumariamente, contar a vida de uma pessoa confronta com a perspectiva de história tradicional que a biografia esteve correlacionada, com seu sentido linear, teleológico e factual. Ancorada no culto da vida exemplar, à exaltação e o ufanismo de uma vida. Sob essas orientações, a biografia ficou em segundo plano. Paradoxalmente, nos anos 70 e 80, assistiu-se a renovação da biografia histórica. No bojo de profundas cisões e renovações, a análise sobre os indivíduos ganha distintos empreendimentos e configurações. Logo, o que passa a interessar é o indivíduo e suas ações no meio social em que se insere. Oriundos de diferentes espaços sociais, os biografados são encarados como reveladores de uma época, abria-se a oportunidade de um fazer e uma prática biográfica, traduzidos nas palavras de Mary Del Priore, citando Jaques Le Goff, nos seguintes termos:

A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (DEL PRIORE, 2009, p. 9)

As implicações metodológicas da abordagem individual envolvem questões de “representatividade”. Nessa lógica, constata-se o indivíduo como sujeito e produto de sua época, ao tempo que desencadeia a história tanto pelo viés “da sociedade na qual o personagem está inscrito quanto as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período” (DEL PRIORE, 2009, p. 11)

As dimensões apontadas em nosso percurso exigem explicitar que tipo de biografia estamos fazendo. Nesse sentido, como destaca Benito Schmidt (2002, p.22), “sob o rótulo de biografia, atribui-se diferentes teores, escritos com referências e preocupações variadas e por diversos profissionais”. Diante dessas constatações, consideramos nossa pesquisa no âmbito das preocupações estabelecidas entre indivíduo e a sociedade e coincidem com as mudanças historiográficas no modo de fazer o gênero biográfico.

Feitas essas considerações, o desafio de uma biografia consiste na tentativa de vislumbrar a tensão sociedade e indivíduo. Nesse sentido, a noção de contexto permite observar as contingências dessas relações. Logo, tal problemática permite investigar os espaços de exercício da liberdade em uma determinada sociedade, como enfatiza Levi:

nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui, nesse sentido, o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial - e ainda assim importante - da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos. (LEVI, 1996, p. 179-180)

Assim, deparamo-nos com a noção de contexto cultural. Como destaca Schmidt, essa relação contextual não reduz o biografado a cobaia que responde aos interesses do historiador, com personagens encaixados num determinado enredo. Somos induzidos pela sutileza, o que significa “deixar-se guiar-se pelo indivíduo estudado: suas experiências, relações sociais, interpretações de mundo, metáforas, posturas diante do amor e da amizade” (SCHMIDT, 2000, p. 124). Segundo ainda Schmidt, seriam essas as formas de driblar uma biografia à antiga, sendo, portanto, tais modificações na forma de ler e entender sua prática, uma mudança de legenda, tendo por referência as relações de poder estabelecidas entre grupos e sujeitos sociais (SCHMIDT, 2000, p. 124).

Defendemos, assim, a hipótese de nossa análise do que chamamos de uma biografia intelectual. Assim, segundo Dors (2008, p. 28), tal exercício intelectual corresponde a “uma biografia que tem como eixo a trajetória intelectual, a saber à produção intelectual, seu engajamento, as redes e os projetos do biografado, bem como a maneira como projetava sua identidade”.

Essa questão da normatização versus liberdade também é retomada por Norbert Elias em seu projeto intelectual, quando analisa o âmago da questão indivíduo/sociedade, ele deixa claro que o desafio é complexo e uma proposta de inter-relação entre o todo e a parte:

Ela (a sociedade) só existe porque existe grande número de pessoas; só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa particular (ELIAS, 1994, p. 13).

Dessa maneira, atribui um importante papel à psicologia e sua articulação com a “dimensão social” e “da natureza”, o que remete ao processo de individualização e socialização. Segundo Elias,

A primeira parte dessa tarefa conduz diretamente a uma investigação das regularidades fisiológicas e biológicas do organismo e, a outra, à investigação das estruturas e regularidades sócio-históricas de que dependem a direção e a forma da diferenciação individual. Em suma, a psicologia constitui a ponte entre as ciências naturais e as ciências sociais. (ELIAS, 1994, p. 40-41).

Nesse sentido, é preciso levar em conta a relação entre a “psicogênese” e a “sociogênese”. Nessa perspectiva, critica a dicotomia de separação do ser humano de sua “individualidade” e suas configurações sociais. Portanto, tais pressupostos decorrem das relações recíprocas, sendo, portanto, indissociáveis. Enfim, para Elias, “cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, que pertence (ELIAS, 1994, p.151-161)..

Vivenciamos, em nossa pesquisa, uma definição de projeto de Espiritismo colocado em prática por um conjunto de membros que se definiu propagandista na cidade de Santa de 1930-1940. Assim, argumentamos que tal trajetória de Fernando do Ó vinculava-se à história do Espiritismo em Santa Maria, partindo da preocupação de compreender o papel desempenhado por ela liderança no âmbito de concorrência no campo religioso de Santa Maria. Argumentamos que a partir do estudo da trajetória das lideranças espíritas podemos refletir acerca da construção da imagem pública e da legitimação do espiritismo no Brasil.

Diante dessas questões, procurar-se-á delinear a alternativa encontrada para pensar a narrativa biográfica de Fernando do Ó, de modo a vislumbrar representações fabricadas em

torno do biografado. Num segundo momento, problematizarei tal argumento acerca da vida de Fernando do Ó a partir de sua trajetória política, conferindo novos sentidos para a intrincada rede que envolve normas e experiências e o exercício da liberdade que uma vida oferece.

### **Fernando do Ó: Uma ilusão biográfica?**

Fernando Souza do Ó nasceu em 30 de maio de 1895 na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, filho de Manoel Souza do Ó e Maria da Conceição Rocha. É um dos 24 filhos do casal. Em nosso levantamento, deparamo-nos com a escassez de fontes. Nesse sentido, a referência remete-nos a biografia escrita por seu neto Fernando Corrêa, a partir da qual buscamos dar sentido à trajetória complexa e dinâmica do personagem.

Infelizmente, a documentação não permite inferir sobre sua infância. Quais as brincadeiras que fizeram parte desse momento, qual a relação afetuosa que mantinha com seus genitores, quais as brigas, conflitos e tensões familiares, quais as descobertas de uma vida. Inquietam-nos essas lacunas que responderiam o que era ser um menino nos anos de 1900-1905. Tampouco podemos mencionar sobre a situação financeira familiar, em quais ofícios seus pais estavam envolvidos, quais eram as batalhas diárias. Não sabemos do peso que Campina Grande representava.

Diante desses fragmentos, nos remontamos a 1911, quando Fernando contava 15 anos de idade, e, como voluntário, ingressou na Companhia de Caçadores no estado do Mato Grosso, escolha que o colocou em situação migratória, deixando Campina Grande e chegando a Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913, sendo designado para a tradicional organização militar – o 7º Regimento de Infantaria. Esse aspecto de sua vida seria de suma importância no contexto de redes de afetividades e afinidades.

Fernando vivenciou esse contexto de transição. Seu envolvimento na campanha do Contestado entre 1912-1915 é tido como um momento-trauma, “um episódio sangrento e triste do qual ele [Fernando] não gostava de lembrar” (CORRÊA, 2004, p. 21), de uma memória que corresponde às incertezas, às escolhas, aos fracassos e recomeços.

O retorno para Santa Maria em 1915 traria novos percursos. Assim, em 31 de julho de 1915 casou-se com Maria Altina. Surgia assim a Família do Ó, constituída de uma prole de

dez filhos. Os percursos difíceis de ordem familiar seriam constantes. Compunham a família do Ó: Yvonne, Francisco, Moema, Celina, Doramia, e Maria Nancy. Sendo que quatro faleceram ainda crianças: Paulo, Vanda, Ibsem e Nancy Catarina.

O mesmo ano de 1915 também indica outro evento marcante de sua trajetória. Ainda sargento, passou a fazer parte da Loja Maçônica Luz e Trabalho. Como já destacado anteriormente, a polarização e tensão inseriam-se nessa lógica de atuação do movimento maçônico de cunho anticlerical. A loja Maçônica Luz e Trabalho nasceu da fusão, em 1907, das Lojas Luz e Fraternidade e Paz e Trabalho onde predominavam o pensamento de cunho anticlerical.

Por fim, outro aspecto da trajetória de Fernando do Ó incita algumas considerações. Sua formação intelectual e inserção no cenário intelectual dos anos de 1930-1940. Nesse sentido, algumas constatações reafirmam uma identidade em construção: “Fernando do Ó não se contentava em trabalhar apenas para sustentar a numerosa família, tinha ânsia de sabedoria e cultura, por isso estudava com afinco e perseverança. Era autodidata” (CORRÊA, 2004, p. 35). Em outro trecho, em referência ao gosto literário do autor, Corrêa afirma: Fernando do Ó foi um autodidata. Estudava tudo o que o podia, sua sede de saber era interminável. Ele gostava de escrever e trazia uma “inata” propensão à literatura. (CORRÊA, 2004, p. 35)

Iniciava-se, assim, segundo Corrêa (2004, p. 35-38), uma trajetória de sucesso na “ciência do Direito”. Após seu licenciamento e transferência para a reserva em 1934 no posto de 1º Tenente, atuou principalmente nas áreas civil e criminalista. Em 1940, participou da fundação da Sociedade Rio-Grandense, sendo presidente da 6ª Subseção da Ordem dos Advogados nos anos de 1940.

Nesse sentido, Corrêa nos esclarece sobre a carreira do mesmo:

“Fernando do Ó lotava as galerias do Fórum quando atuava nos júris, dada a sua oratória e sua eloquência que o tornava como um gigante na tribuna. Como advogado primava só por defender causas justas. Combatia com veemência o crime, mas não o criminoso, pois dizia que o crime sempre é uma circunstância e que a criatura humana, por essa condição e pela ignorância está sujeita a errar e a delinquir. Embora seu brilhantismo profissional, não fez fortuna, porque doava quase tudo que recebia e a maioria dos casos defendia gratuitamente.” (CORREA, 2004, p. 36)



Diante desse quadro desenhado, surgem algumas constatações: A consolidação de uma memória e seu enquadramento. O advogado, o militar, o maçom e o intelectual. E revelam questões tanto de enquadramento e disputa, tomando por referência os termos de Michel Pollak (1992). Logo, escrever sobre uma vida denota cuidados e lacunas difíceis de serem preenchidas. E somos suscitados a pensar nossa narrativa e prática enquanto historiador. Emerge a noção de política da narrativa de si, a falsa tensão indivíduo e sociedade, segundo Bourdieu (2011).

Reconstituir uma vida. Uma história de vida. Eis o nosso problema. Pierre Bourdieu (2011) critica a noção comumente adotada pelas ciências sociais e humanas em que escrever sobre uma vida pressupõe elencar o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (1996, p.184). Pois, tal noção corresponderia um caminho linear, com etapas sucessivas a serem percorridas pelo pesquisador. É justamente essa filosofia de história que os renovados estudos biográficos pretendem suplantar. Assim, almeja-se afastar-se o que o autor denominou “ilusão biográfica”, isto é, de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica...” (BOURDIEU, 1996, p. 184).

Uma leitura de Michel Pollak indica-nos o caráter de disputa das memórias. Nesse sentido, o autor aponta o gerenciamento empreendido por certos grupos no que se refere o dito e não-dito sobre os eventos em cada época. O que nos remete ao “enquadramento da memória”. É preciso escolher o que vai ser lembrado e o que deve ser esquecido. Portanto, Pollak insiste no aspecto de construção da memória como uma estratégia de agentes e agências sociais no sentido de construir identidades. (1992, p. 204-205)

Logo, segundo Michel Pollack (1992, p. 204-207), a memória é um elemento de constituição do sentimento de pertencimento tanto coletivo quanto individual, pois atua na formação do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Essa construção, porém, está imersa em jogos de negociação e de transformação em função do outro. E tendo por referência a lógica da aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, a memória e identidade podem ser perfeitamente

negociadas, são fenômenos em construção. E justificam certos não-ditos e silêncios de uma memória

Dessa forma, levando-se em conta que o sentido organizacional da construção tomado por grupos espíritas e familiares, entendemos o enquadramento de memória e ilusão biográfica nas narrativas sobre a vida de Fernando do Ó. O militar, o intelectual, o maçom, o espírita e o advogado<sup>1</sup> ocultam e menosprezam outros aspectos da trajetória de Fernando do Ó. Assim, suas posturas políticas confrontam todo o investimento de uma memória coerente e organizada, e indicam a incerteza, a incongruência, o tumulto. Se em parte do que falamos aqui está vinculado a esse enquadramento de memória, nosso objetivo é a partir de seus posicionamentos enquanto agente político evidenciar os jogos e disputas de memória e o quanto a vida humana é mais complexa que seus relatos. Questões que a pesquisa no jornal proporcionou.

### **Desconstruindo coerências: Fernando do Ó e a política**

Sumariamente, o que vamos discutir é a tomada de decisão de certos agentes. É no âmbito dessas questões peculiares que constatamos a inserção de Fernando do Ó no conjunto de disputas do campo religioso e político no recorte de 1930 a 1940.

Detectamos a atuação de Fernando do Ó em 1930. Em meio à percepção dessas ambições políticas por parte do Clero, os demais grupos religiosos de Santa Maria organizaram reuniões e manifestações visando conter as ambições do Clero. Agregando membros da Maçonaria, das igrejas Metodista, Luterana e algumas lideranças espíritas de dupla pertença, emergiu assim a Liga Pró-Estado Leigo em Santa Maria.

Já em 29 de dezembro de 1930, a Liga Pró-liberdade Religiosa sacudiria o cenário. Fernando do Ó engajou-se no evento organizado pela Loja Maçônica Luz e Trabalho com o intuito de discutir a liberdade religiosa. Dessa maneira, o jornal *Diário do Interior* trouxe, em matéria do dia 30 de dezembro, notícia que a Loja Maçônica Luz e Trabalho faria uma reunião em praça pública para abordar o tema da liberdade religiosa em “protesto contra a pretendida oficialização da Igreja Católica Romana” (*Diário do Interior*, 29/12/1930).

---

<sup>1</sup> Tal perspectiva foi assumida pelo autor da Biografia de Fernando do Ó.



A manifestação maçônica ocorreu na praça central Saldanha Marinho, em frente à Loja Luz e Trabalho. Conforme o jornal, a ocasião reuniu uma multidão “inclusive católicos que procuraram interromper os oradores”. Participaram do evento lideranças religiosas e intelectuais como o reverendo anglicano José B. Leão, pároco da Catedral do Mediador, os professores Cícero Barreto e o Tenente Fernando do Ó, ambos da Loja Luz e Trabalho; Diógenes Cony e Octacílio Aguiar. A notícia ainda informa que “elementos jogaram alguns ovos sobre a assistência” (*Diário do Interior*, 29/12/1930).

A Liga Pró-Estado Leigo teve características no Rio Grande do Sul, embora um movimento nacional (MONTEIRO, 2008). O grupo reivindicou suas causas no Congresso realizado nos dias 6,7 e 8 de janeiro de 1932, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. E, “por sugestão do acadêmico Ernesto Barbosa, a Liga lançou chapa própria para as eleições constituintes e apoio a todos aqueles candidatos que se opusessem às pretensões clericalistas” (MONTEIRO, 2008, p.133). A chapa da Liga constitui-se por Manuel Serafim Gomes de Freitas, Fernando de Souza do Ó, Eduardo Menna Barreto Jayme, Lucydio Ramos, Alcides Chagas Carvalho, Agnello Cavalcanti de Albuquerque, Ângelo Plastina, Almirante Américo Silvado, Almirante Arthur Thompson, Athalício Pittan.

É nesse cenário em que religião e política apresentaram sinais de conexões. Esses episódios assumiram perspectivas visíveis ao tomarmos como referência o jornal *Diário do Interior*. Aqui analisaremos as propostas de Fernando do Ó e a atuação da Liga Eleitoral Católica no sentido de legitimar suas proposições de nação católica.

Nesse sentido, torna-se evidente as disputas políticas vivenciadas durante a Era Vargas na cidade de Santa Maria quando Fernando Souza do Ó lançou-se candidato a deputado da Constituinte de 1934. Tais considerações permitem problematizar as relações entre política e religião, associadas ao profano e ao sagrado, díspares e dicotômicas, não devendo interagir por obedecerem a lógicas distintas. Por outro lado, como escreve Sinuê Miguel (2010, p.87), “a prática social se encarrega de tencioná-los reciprocamente. Por vezes, disso resulta a emergência de conflitos internos ao campo da política e da religião”. Diante disso, percebemos que a inserção política de Fernando problematiza discurso de isenção política sustentado por parcela significativa dos espíritas, pormenorizando seus engajamentos conforme o contexto social-cultural em que vivia.

Tendo por referência as lutas empreendidas pelos agentes em seu espaço social, consideramos primordial a análise do mês de abril que antecedeu o pleito eleitoral para a Constituinte de 1934. Os diferentes atores lançaram suas estratégias de ataque e defesa, almejando estabelecer alianças. Também trouxeram suas possibilidades, causas e temores. É nessa perspectiva que inferimos a notícia veiculada em 19 de abril de 1933, onde percebemos as expectativas e possibilidades enunciadas por Fernando do Ó e seu grupo de simpatizantes:

De viseira erguida, vem Fernando do Ó pugnar pelos libérrimos princípios que nos seguram quarenta annos quarenta annos de paz religiosa no Brasil. O seu manifesto ao Rio Grande do Sul, é a maior Garantia para aquelles que não desejam ver avassaladas as terras de Santa Cruz, pelas mais tremendas das epidemias – As guerras religiosas. Não temos cores políticas; não pertencemos a escola partidária de espécie alguma; não vimos combater governos ou religiões, ou guerrear partidos: Vimos tão só, publica e desassombradamente, procurar evitar a mais terrível hecatombe, que certo se desencadeará pelo Brasil, com seu fuereo cortejo de fogueiras, guilhotinas e forcas – INQUISIÇÃO! enfim se o clericalismo triunfar sobre as urnas. (CONY et al, 1933, p. 3)<sup>2</sup>

Logo, ao estabelecerem o clero como inimigo, argumentaram seu engajamento político a partir de certas práticas históricas, aludindo à associação entre a religião dominante e os grupos políticos. Assim, no sentido de se evitar certos retornos, simbolizados por uma noção histórica de inquisição, concentraram-se num discurso conciliador e de tolerância, e propuseram a liberdade religiosa e o estado laico, prevista em constituição, como a forma de paz e progresso da nação. Temos aí uma expectativa, uma solução e um grande medo.

A partir da mesma notícia temos a posição pessoal de Fernando do Ó, uma vez que veicula um Manifesto em seu nome no qual defendeu suas proposições e argumentou seu envolvimento político. Assim, o candidato definia sua candidatura “sem cor essencialmente política, de caracter essencialmente popular” (DO Ó, 1933, p.1). Justificando sua inserção como um imperativo de seu tempo, de suas amizades, conclamou sua bandeira nos seguintes termos: “E é só pela tolerância- índice de cultura política e religiosa - que se conhece no adversário os mesmos direitos e deveres” (DO Ó, 1933, p.1).

Fernando concluiu, dessa maneira, que se tivesse de subir fazendo da desgraça e do desconforto dos pequeninos a escada que levaria ao poder, preferiria mil vezes a renúncia do

<sup>2</sup> Tal manifesto foi veiculada no Jornal Diário do Interior em 19 de abril de 1933.

direito de viver entre pessoas honestas. Assim, pode-se dizer o envolvimento de Fernando do Ó será neutralizado pelos resultados. Com cerca de 1300 votos e a derrota de seu tempo de expectativas.

Por outro lado, o “inimigo católico” envolveu-se em novos episódios e dramaticidades. Uma segunda eleição que permite problematizações acerca de sua construção sobre si e de suas escolhas políticas. Dessa vez enquanto candidato a deputado federal pela Liga Proletária Eleitoral e, sobretudo sua vinculação a Aliança Nacional libertadora que analisaremos alguns pontos significativos.

Dentro ainda dessas definições políticas, cabe ainda precisarmos sua vinculação à Aliança Nacional Libertadora. Dessa forma, partimos de notas da imprensa para desenhar o quadro da atuação da ANL em Santa Maria. É importante situar que tais notícias emergem justamente no contexto de repressão intensa e onde a figura de Fernando esteve novamente no centro de polêmicas e discussões.

Como ponto inicial, o texto veiculado em Seção Livre em 2 de julho de 1935 sob o título “*A Aliança e o Comunismo*”<sup>3</sup>, de autoria de Fernando do Ó, enquanto Secretário Geral, permitem algumas problematizações. Sumariamente o presente escrito tem por objetivo esclarecer acerca da programação política da Aliança Nacional Libertadora, rebatendo e afastando possíveis acusações do viés comunista do grupo. Nesses termos, constatamos uma interpretação peculiar de Fernando do Ó. Para distinguir tais programas, o representante aliancista recorreu a alguns conceitos fundamentais.

O primeiro refere-se à questão da propriedade privada. Segundo Fernando do Ó, o objetivo do Comunismo é a eliminação da propriedade privada, a aliança respeita batendo-se na divisão do latifúndio. Passando por questões de Ditadura do Proletariado, sobre ateísmo comunista, e insurreição do povo, Fernando do Ó situava a aliança dentro da ordem da lei, respeitando as liberdades políticas, de crenças e consciência de todos. Portanto, em suas palavras, “Uma proposta para a implantação de um regime verdadeiramente popular”.

Terminadas essas explicações, o artigo passou a tecer comentários sobre o momento político. E julgou o enquadramento da Aliança enquanto partido comunista como uma forma “de justificar todos os desmandos e ambições de quem vive a explorar o povo”. E ao

<sup>3</sup> DO Ó, Fernando do Ó. *Aliança e o Comunismo*. 2 de julho de 1935.

responder a assertiva de que a adesão de Luís Carlos Prestes confirmaria que a aliança corresponderia a uma entidade comunista, escreve que se trata de uma argumentação capciosa e mesquinha.

Nesse sentido, reiterou junto à população de Santa Maria seu comprometimento de abandonar o cargo de dirigente em caso de comprovação do viés comunista da Aliança. E argumenta que tal propaganda é incapaz de limitar a atuação do grupo em sua obra eminentemente patriótica e elevada.

Dessas considerações, Fernando do Ó demonstrava seus valores liberais. Por fim, em suas palavras, criticou a truculência da Lei de Segurança e das autoridades frente às restrições das liberdades públicas, questionando o alcance das conquistas pretendidas pela Revolução de Outubro de 1930. Concluindo, dessa forma, que tal aproximação das propostas da Aliança com o Comunismo corresponderia a uma tentativa de denegrir a imagem pública da agremiação, Acusando de comunista o governo frente à adoção de posições de ordem autoritária. Em seu final afirma que “só veem Comunismo nas propostas da Aliança quem já se habituou a dizer mal dos sentimentos nobres dos outros”.(Diário do Interior, 02/06/1935)

As previsões do secretário da Aliança Nacional Libertadora confirmam-se em 14 de julho de 1935. Segundo notícia do Diário do Interior, o Sr o Delegado de Polícia, o Capitão Adalardo S. de Freitas, recebeu a ordem de imediato fechamento da Sede do Núcleo da Aliança Nacional Libertadora na cidade. E esclarece que apesar de ainda não ter sido instalada a sede na ANL, os diretores da mesma foram notificados.

Assim, em 20 de julho do corrente ano, o Jornal Diário veiculou informações complementares. Informa que a polícia local fechou a Liga Sindical Santa-Mariense, onde costumavam se reunir os aliancistas. A notícia ainda trouxe detalhes sobre o comparecimento de Fernando do Ó à delegacia de Polícia, onde redigiu e assinou a seguinte declaração:

“Fernando do Ó, declara para devidos fins, que fechada a Aliança Nacional Libertadora, está completamente exonerado de qualquer ato, que em seu nome, façam ou venham a fazer, elementos simpatizantes a mesma, como sejam publicações em jornal, ou panfletos de declarações subversivas da ordem social. Santa Maria, 18 de julho de 1935. Fernando do Ó – Advogado. (Diário do Interior, 20/07/1935, p. 02)

Em meio à dramaticidade, Fernando do Ó publicou em 23 de julho de 1935 na Seção livre o artigo com o título de “*Explicação Pessoal*”, com o propósito de justificar tanto o seu envolvimento quanto a exoneração do cargo de Secretário Geral da Aliança Nacional Libertadora. Ao acompanharmos sua narrativa, entendemos que a mesma funciona como um recurso de memória, em que inicia nos seguintes termos

Procurados por amigos interessados na organização do Directorio local da Aliança Nacional Libertadora, com relutância concordei ser um dos seus fundadores. Escolhidos os membros coube-me o cargo de Secretário Geral. Nesse ponto, fiz o que me foi possível fazer, no sentido de corresponder à confiança dos companheiros que se lembraram de mim, elevando-me as funções de Coordenador, dos elementos sympathisantes à novel agremiação política, como também ao amável convite de Moesias Rolim, de quem recebi poderes de organizar o núcleo local. (*Diário do Interior*, 23/07/1935, p.02)

O advogado argumentou acerca de sua exoneração e o decorrente fechamento do núcleo. Explicou que as atividades multiplicaram-se, tornando-se exaustivas tanto no atendimento de sua carreira profissional quanto na realização dos serviços que o cargo exigia. E evidenciou que ao se colocar junto às autoridades policiais e jurídicas, na defesa de suas ideias e de seus companheiros, foi até onde a lei permitiu.

A partir daí, Fernando narrou os momentos vividos sob a repressão. A investigação por parte de policiais junto a sua residência e seus familiares. E que nada mais tem a fazer senão submeter-se às ordens do poder público. Sobre isso, Fernando escreve: “E cuidei que, em assim procedendo, estava no cumprimento de uma determinação legal. E que meus companheiros comigo concordaram, aguardando o pronunciamento do poder judiciário, para qual se apelaria em tempo para o reinício das atividades partidárias”. (*Diário do Interior*, 23/07/1935)

Por outro lado, o texto traz indícios de conflitos internos vivenciados nesse contexto. A questão da legalidade dos membros da ANL passou a ser o centro das considerações do ex-Secretário Geral. Dessa forma, o mesmo aponta sua perda de sentido em continuar na militância quanto enfatiza: “Não queriam, assim, a minha colaboração pacífica, ponderada, sensata, preferindo a obra demagógica à tarefa silenciosa de reconstrução indigente e sacrificiosa. Não me quiseram compreender.” (*Diário do Interior*, 23/07/1935)

Justificando a declaração publicada em jornal referente à não correspondência com os futuros atos da Aliança Nacional, Fernando do Ó dirige acusações ao 1º Secretário Democratas Pereira. Nesse sentido, destacou que enquanto trabalhava na polícia e no pretório em busca de amparo legal, os demais membros apenas conversavam no café e criavam estratégias de atuação. Portanto, sem seu conhecimento. Por fim, supõe que a divulgação de panfletos subversivos e a omissão de autoria dos demais membros corresponderiam a uma estratégia assumida pelo grupo. Assim, em suas palavras, “eles faziam, e o secretário que se fosse entender com a polícia”. E com sarcasmo destaca: “Política cômoda, não resta dúvida”.

Em sua conclusão, incita os membros assumirem seus atos, e ratifica que foi até onde a lei permitiu. E que tal justificativa foi direcionado aos que estão alheios ao que se passa. E se tivesse que explicar alguma coisa seria diretamente a Moesias Rolim. E não a quem falece competência para falar em nome da Aliança. Finalizando nos seguintes termos: “No directorio andei e fora d'elle andarei como tenho andado toda a minha vida: - de pé, e de cabeça levantada.” (*Diário do Interior*, 23 de julho de 1935).

Obviamente que o Senhor Democratas Pereira Soares respondeu à altura. Questionando as explicações e acusações lançadas por Fernando do Ó, defendendo suas causas e ideais, publica artigo intitulado “Aliança Nacional Libertadora”, em 24 de julho de 1935, assumindo a função autoridade, porta-voz da instituição, destacou que: “Deploramos que o nosso ex-companheiro aos primeiros vendavais da tempestade que se aproxima dos horizontes da pátria, mas não toleramos que uns trânsfuga procure diminuir a impunemente a autoridade que estamos revestidos”. (*Diário do Interior*, 24/07/1935)

Extremamente incisivo, considerou que o mesmo foi medroso, hesitante e confuso. Acusando-o de tê-lo denunciado junto às autoridades, no já citado emblemático episódio de difusão de Boletins. Finalizando no seguinte teor: “Saiba Sr Fernando do Ó que suas atitudes lhe fecharam as portas da Aliança Nacional Libertadora. Saiba Senhor Fernando do Ó que, passados estes dias, temerosos e sombrios, será julgado pela inflexibilidade da opinião das massas” (*Diário do Interior*, 24 de julho de 1935).

Porém, com a clandestinidade, a ANL perdeu sua força de mobilização, e a partir daí, Prestes e o PCB lideram suas posteriores ações<sup>4</sup>. O movimento armado cujo objetivo era

<sup>4</sup> Ver sobre repressão e organizações de Esquerda KONRAD (2004, 2011), Loner (1999, 2005).



derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes, sendo fortemente reprimidas, reforçando a noção de inimigo comunista. E justificando as posteriores ações de Vargas e seu governo autoritário.

Interessa-nos mais do que relatar o contexto, a experiência com as fontes e a vivência do que a análise do indivíduo possibilita. Portanto, o olhar privilegiado em que temos condições de entender o processo pelo qual um sujeito traça e ressignifica sua trajetória. Giovanni Levi (1996, p.173) afirma que a biografia possibilita responder questionamentos a respeito de “como os indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecem numa classe?”. O sujeito enquanto ideólogo de Si, utilizando o termo de Pierre Bourdieu. Um verdadeiro risco e território inóspito. Comunista ou não, inquieta como o mesmo se define, num jogo de idas e descobertas.

Em meio a essa tessitura complexa, uma interrogação, como detecta Levi (1996), lidar com as escolhas, as decisões, ou seja, acerca de atos, dá-nos a noção da singularidade de nosso trabalho. As fontes nos oferecem algumas possibilidades. Em outras ficamos em meio às angústias. Assim, buscamos através dessa relação contextualizada pensar sobre normativas e a liberdade do sujeito, sobre o que oferecia esse campo de escolha.

Assim, sua construção de mundo “Verdadeiramente popular, pela dignidade e justiça de todos” brada, duela num contexto bastante tumultuado onde religião, Estado, cidadania, sociedade, moral e o papel do sujeito estão passando por revisões. Sua leitura progressista, pacífica, linear e resignada, como o mesmo definiu, traz indícios de uma versão própria e específica de ler e alterar o mundo. Possibilitando mencionar o sujeito e a dinâmica de suas escolhas. Como parte de encerramento, vivenciamos o sujeito fragmentado. Incoerente, complexo. Entre escolhas, redefinições e tomadas de decisões. Um fragmento de toda a dramaticidade do viver.

## Considerações Finais

Diante do apresentado, nosso o objetivo inicial de compreender o que representava assumir-se publicamente ser espírita nos anos de 1930 a 1940. Quais as especificidades do Espiritismo defendido pelos propagandistas e como tais ideias representaram uma estratégia

de inserção do movimento espírita na cidade de Santa Maria. Nesse sentido, as dificuldades de mapeamento de fontes, exigiram um caminho diferenciado: cruzar a elaboração da memória sobre Fernando do Ó como liderança espírita, doutrinador e propagandista assumida pelos meios espíritas na cidade de Santa Maria com aspectos desconhecidos de sua inserção política.

Presenciamos as dificuldades do narrar uma história de vida. Logo, as participações em agremiações políticas, como Comitê Pró-Liberdade Religiosa, a LEP e ANL permitiram evidenciar formas peculiares de atuação. Indicadores de afinidades, amizades e desafetos. Assim, a defesa pela construção de uma nação “verdadeiramente popular, pela dignidade e justiça de todos” defrontou-se com o contexto bastante tumultuado da chamada Era Vargas.

Em termos gerais, foi no sentido de demarcar as visões que emergiam do próprio movimento espírita que analisamos os propagandistas do movimento espírita na cidade. Logo, propomos evidenciar a doutrina espírita enquanto um agente de ligação de uma perspectiva de mundo, e vislumbramos dar conta desse elemento que envolve a divulgação e a interpretação de práticas definidas enquanto Kardecistas. Tal escrita, conforme Dosse (2009, p. 409-410), retomando Michel de Certeau, reencontra o seu papel de rito de enterro, a função de escrita túmulo, indicando a difícil arte de narrar o passado. E como Dosse (2009, p. 410) conclui: “A porta permanece sempre aberta, as revisitações sempre possíveis das frações individuais e de seus traços no tempo”. Eis nosso desafio de contar uma vida, fazer presente um passado, seus dramas e diferentes significados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião?** A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia/USP, 2008.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920).** Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. 230 p.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república.** 2010. 369f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

CARDOSO, Edmundo. **História da Comarca de Santa Maria.** Santa Maria: Imprensa da UFSM, 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1990.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topói**, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.

DORS, Marines. **Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual.** São Leopoldo: dissertação apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998a.

\_\_\_\_\_. Catolicismo Versus Umbanda: Lutas de Representação e Identidade Nacional (Senzala Delenda Est). **Revista de ciências humanas.** Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 32-47, 1998b..

KARDEC, Allan. **O que é o espiritismo.** São Paulo: LAKE, 1998 [1859].

\_\_\_\_\_. **O livro dos Espíritos**. Rio de Janeiro: FEB, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre amicro-história. In: BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 135-136.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 167-182.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MIGUEL, SinuêNeckel. Espiritismo fin de siècle: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, p. 145-184, 2009

\_\_\_\_\_. A questão política no Espiritismo: o sagrado e o profano em tensão. In: Carlos André S. de Moura; Eliane Moura da Silva; Mário R. dos Santos; Paulo Julião da Silva. (Org.). **Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas**. 10 ed. Campinas: Coleção Ideias. IFCH - UNICAMP, 2011b, v. 2.

MONTEIRO, Lorana Madruga. Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: A liga Eleitoral Católica. **Revista Brasileira de História das Religiões**, V. 2, p. 118-148, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, p. 3-15, 1989

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**. 2002. 625 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2002. Campinas.

\_\_\_\_\_. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **HistóriaUnisinos**, v. 8, n. 10, p. 131-142, jul;dez.2004.

\_\_\_\_\_. A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’. In: BARCELLOS, César et al. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora daUFRGS, 2000, p. 121-129

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed UNICAMP, 2001.

SCHERER, Bruno Cortês. **Ações Sociais do Espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)**. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de História/UFSM, 2013.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no RioGrande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Ultramontana Santa Maria – RS: Sede da Quarta Colônia de Imigração Italiana**. In: **Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes**. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria/RS, 2010, p. 197-224.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **1- CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO**

Jornal Diário do Interior, Santa Maria, Janeiro de 1930 - Dezembro de 1932

### **2- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Jornal Diário do Interior, Santa Maria, Janeiro de 1932- Setembro de 1939

### **3- ACERVO HISTÓRICO DA ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE**

- Estatutos da Aliança Espírita Santa-Mariense, 1926.

- Histórico da Aliança Espírita Santa-Mariense (1921-2001).

### **4- ACERVO HISTÓRICO DA SOCIEDADE ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE**

- Livro de Atas de Sessões Ordinárias (1927-1941).

### **5- ROMANCES ESPÍRITAS E SOBRE O AUTOR**

CORRÊA, Fernando A. R. Fernando do Ó: *A caminho da luz*. Santa Maria. 2004

DO Ó, Fernando Souza do Ó. *Almas que voltam*. Brasília-DF: Federação Espírita do Brasil, 1938;1947.

\_\_\_\_\_. *Marta*. Brasília-DF: Federação Espírita do Brasil, 1938; 1947.